



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 21

4 DE SETEMBRO DE 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de
Seguridade Social e Família

CSSF DEBATE PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu o secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Erno Harzhein, na última quarta-feira (28). Ele veio falar do programa Médicos pelo Brasil que já está em análise no Congresso (MP 890/19). “O Ministério é muito presente nessa comissão e o tema é pertinente neste momento. Agradecemos a presença do secretário aqui”, disse o deputado Antonio Brito, presidente da CSSF.

Novo programa

“O objetivo do programa é garantir médicos nas áreas mais remotas do Brasil e também nas áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica do nosso território. Desde 1994 temos o programa Estratégia e Saúde da Família que nos trouxe muitos avanços, mas, carece de uma modernização para conseguir entregar com mais qualidade o serviço de atenção primária”, disse Erno.



Foto: Cláudio Araújo

O secretário elencou os principais eixos da pasta que se relacionam com o novo programa: fortalecer atributos da Atenção Primária à Saúde; ampliação do acesso ao serviço; provimento e fixação de médicos; fortalecimento da clínica multiprofissional; novas formas de financiamento; e monitoramento e avaliação de resultados.

Programa Mais Médicos

Erno Harzhein falou sobre o Pro-

grama Mais Médicos, instituído em 2013 e salientou a importância da existência de profissionais na estratégia de saúde da família. “A proposta desse programa era disponibilizar 18 mil médicos com diferentes especializações em todo território nacional. Mas, com fragilidades na concepção, como os critérios de alocação de profissionais, por exemplo, que pretendemos corrigir com o Médicos pelo Brasil”, disse o secretário de Atenção Primária.

COMO AUMENTAR A COBERTURA VACINAL NO BRASIL?

A pedido do deputado Pedro Westphalen (PP-RS), a CSSF realizou na última terça (27) uma audiência pública para tratar do calendário nacional de vacinas com objetivo de aumentar a cobertura vacinal no País.

Francieli Fontana, coordenadora geral do Programa Nacional de Imunização (PNI), do Ministério da Saúde, apontou as possíveis causas para a baixa taxa de vacinação. “O sucesso do próprio programa faz com que a incidência da doença diminua e a população tenha uma percepção errada de que está protegida; o desconhecimento sobre os benefícios da vacina; o horário de funcionamento das unidades de saúde; as falhas do sistema de imunização; e as notícias falsas”.

Representante da Sociedade Brasileira de Imunizações, Mônica Levi, disse que todas as vacinas da infância estão abaixo das coberturas. “Falta informação por parte dos profissionais



Foto: Cláudio Araújo

de saúde para que eles recomendem as vacinas, as pessoas não acreditam nas pesquisas sobre cobertura vacinal (principalmente a população jovem) e a estrutura de saúde nos municípios é insatisfatória”.

Nereu Mansano, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde disse que a gestão estadual é responsável pela educação permanente dos agentes de saúde e por monitorar as bases de dados, segundo ele, duas ações estratégicas fundamentais para aumentar a cobertura vacinal.

Alessandro Pinheiro do Conasems, lembrou que quem representa a ponta do Sistema Único de Saúde são os municípios, que empregam mais de 7 milhões de brasileiros. “É necessário pensar em treinamento estratégico para o setor”, defendeu.

Já a representante da Confederação Nacional dos Municípios, Adriana de Araújo deu um panorama dos trabalhos da instituição e informou que a CNM faz capacitação de profissionais de saúde em todos os municípios que solicitam.

NA PAUTA: EAD PARA CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE

Uma audiência Pública reuniu profissionais para discutir o ensino à distância (EAD) na saúde. O encontro aconteceu na última terça-feira (27) e foi solicitado pelos deputados Ronaldo Santini (PTB-RS) e Pinheirinho (PP-MG).

Marcos de Oliveira participou representando o ministro da Educação. Dados do Ministério apontam que 9 milhões de estudantes com o ensino médio completo não estão matriculados nas universidades. “Temos metas no Plano Nacional de Educação que incluem o EAD: aumentar a escolaridade, incluir aqueles que estão fora do sistema e aumentar as matrículas

na educação superior”.

Segundo Elizabeth Guedes, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, no Brasil já existe 1 milhão de auxiliares e técnicos em enfermagem e 80% deles não têm curso superior completo. “Precisamos oferecer cursos com qualidade, defender e aprimorar o EAD porque nossa sociedade já convive com a tecnologia no dia-dia”.

“Medicina não pode aceitar o ensino à distância”, defendeu Dalvério de Paiva Madruga, representante do Conselho Federal de Medicina. “Os cursos da área da saúde precisam ser presenciais, para que haja experimen-



tação e acompanhamento”.

Também participaram das discussões, Luiz Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação; Sólton Caldas, representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior; e Francisco Cavalcanti de Almeida, presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA É TEMA DE AUDIÊNCIA



A Subcomissão Permanente da Saúde tratou da situação da assistência farmacêutica no País. O debate aconteceu a pedido do deputado Dr. Frederico (Patriota-MG).

Representante do Ministério da Saúde e da Conitec, Alvimar Botega falou que o órgão praticamente tripli-

cou os investimentos em tecnologia farmacêutica nos últimos anos. “Temos muitos desafios e um deles é o uso racional de medicamentos. Por isso em dezembro vamos realizar um congresso brasileiro sobre o tema”, informou.

A Anvisa, representada por Gustavo Lima Santos, explicou como a Agência tem modernizado os processos para dar mais acesso aos medicamentos. “Estamos trabalhando com mais tecnologia aplicada aos processos. Criamos uma lista de prioridades com os medicamentos mais necessários à população e prazos de análises dos mesmos. É o caso dos remédios que

atendem a pediatria, os portadores de doenças negligenciadas, as emergências em saúde pública, entre outros”.

Doutor Francisco Batista Junior, representante do Conselho Federal de Farmácias defendeu que a gestão de recursos da assistência farmacêutica precisa ser mais eficiente. Ele apontou os desperdícios milionários por erros na aquisição, armazenamento, conservação e dispensação dos medicamentos. “Não adianta investir mais recursos se não mudarmos o modelo implantado. Estruturamos a rede de farmácias, mas, esquecemos da atenção farmacêutica”, criticou.

COMISSÕES DISCUTEM ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, a Comissão de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e a Comissão de Seguridade Social e Família organizaram o Seminário sobre a Universalização do Acesso ao Saneamento Básico. O encontro aconteceu na última quinta-feira (29) e reuniu parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil. A deputada Soraya Marnato (PSL-ES) participou dos debates.

Alexandre Lopes do Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto contou que em 2016 foram investidos R\$ 11 bilhões no setor. A inicia-



tiva privada investiu 20% desse valor tendo 6% do mercado. “Para universalizar o acesso seria necessário um investimento de R\$ 500 bilhões e 27 milhões de pessoas trabalhando no setor. Investir em saneamento é gerar emprego e renda”.

Abelardo de Oliveira Filho do Observatório Nacional dos Direitos à

Água e ao Saneamento disse que a Lei 11.445 tem 12 anos e precisa de aperfeiçoamento e que é necessário investir em planejamento estratégico e desburocratização do serviço público. “Mas, não podemos permitir a criação do monopólio privado do saneamento”, defendeu.

Participaram do encontro também a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Representante da Federação Nacional dos Urbanitários, da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA), entre outros.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotius

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br